

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. DE 2008  
(Da Senhora Rebecca Garcia)**

**Solicita ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo, informações referentes aos recursos de manutenção da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).**

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que sejam solicitadas informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo, referentes aos recursos de manutenção da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

**JUSTIFICATIVA**

As terras indígenas estão cada vez mais vulneráveis a ação de garimpeiros, madeireiros e demais invasores. Auditoria feita recentemente pelo Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão que deveria cuidar da proteção e fiscalização das áreas, vai mal das pernas. A penúria começa na quantidade de servidores. Em 1990, havia 43 índios por funcionário. O número subiu para 206 em 2005. Postos de vigilância precários, poucos recursos e falta de regulamentação do poder de polícia pioram a situação, agravada pelo pouco entrosamento da FUNAI com Polícia Federal, Ibama e Instituto Chico Mendes. Organizações da sociedade civil ligadas ao tema reivindicam uma reformulação da política indigenista no país.

O relatório do TCU investigou as condições da FUNAI em sete estados: **Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Acre e Maranhão**. Os auditores elogiam a execução do orçamento do órgão (cerca de 90%), mas criticam a falta de reajustes nas verbas, especialmente naquelas destinadas a programas de fiscalização de terras indígenas, que anualmente ficam em torno de R\$ 5 milhões. Uma estratégia que, no papel, parecia dar bons resultados, a instalação de postos de fiscalização e vigilância em locais estratégicos do país não tem surtido efeito na prática. Muitos, de acordo com o relatório, carecem de estrutura básica.

No Posto Indígena Boca do Acre (AM), por exemplo, há apenas um servidor, que, para não se ausentar, acaba por comunicar-se com as aldeias por meio de recado ou de messageiros. “Nessa unidade, constatou-se que não há computadores, máquina de escrever, telefone ou fax”, descreve o relatório do TCU.

Enquanto o Estado do Amazonas, local onde predomina o coronelismo por parte de madeireiros e outros, enfrenta situações como essas de falta de pessoal, contraditoriamente, existem servidores subutilizados em Brasília.

Diante do exposto solicito as seguintes informações:

- 1) Quais providências o Ministério pretende tomar para resolver os problemas de reajustes de verbas para a FUNAI?
- 2) Como controlar o repasse das verbas para programas de fiscalização de terras indígenas?
- 3) A que se deve o baixo quadro de funcionários da FUNAI? Como melhorar a situação?
- 4) Existe alguma maneira de o Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão destinar quanto de recursos a FUNAI terá que aplicar em cada Estado?

Sala de Comissões, 08 de julho de 2008

**REBECCA GARCIA**

**Deputada Federal (PP-AM)**